



PROCESSO N.º 7831/2007

APENSO N.º 121.000.181/2006 (quatro volumes)

ORIGEM: Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN)

INTERESSADO: Instituto Candango de Solidariedade (ICS)

ASSUNTO: Prestação de Contas – Resolução nº 164/2004 – Contrato de Gestão nº 22/2004

EMENTA: Prestação de Contas do ICS, referente ao Contrato de Gestão n.º 22/2004 celebrado com a CODEPLAN. Decisão n.º 1296/2008. Citação dos responsáveis. Instrução pela insuficiência das justificativas apresentadas e pela notificação dos responsáveis para recolhimento do débito. Diretor da Divisão diverge quanto à definição de responsabilidades, propondo as alterações que entende pertinentes. Inspetor aquiesce às ponderações do dirigente da Divisão de Contas. O MPjTCDF diverge do raciocínio elaborado pelo Diretor, pugnando pela responsabilidade solidária de todos os envolvidos. Voto convergente com a Instrução, tendo em conta as ponderações do MPjTCDF e i. Inspetor.

Tratam os autos da Prestação de Contas dos recursos repassados ao Instituto Candango de Solidariedade (ICS) à conta do Contrato de Gestão n.º 22/2004, celebrado em 1.º.9.2004 com a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) e rescindido em 20.12.2004, que tinha por objeto o fomento e a execução de atividades relativas à área de desenvolvimento tecnológico e institucional.

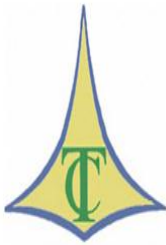


Por meio da Decisão n.º 1.296/2008, esta Corte assim deliberou:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da prestação de contas dos recursos públicos recebidos pelo Instituto Candango de Solidariedade mediante o Contrato de Gestão n.º 22/2004, celebrado com a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, nos termos da Resolução TCDF n.º 164/04; II – diante das irregularidades evidenciadas nos autos e com fundamento no art. 13, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94, ordenar a citação: a) dos responsáveis indicados à fl. 12, bem como dos signatários do ajuste nominado à fl. 588 do Apenso, para apresentarem suas alegações de defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, havendo necessidade de comprovarem, mediante documentação hábil, a efetiva e regular aplicação, pelo Instituto Candango de Solidariedade - ICS, de todos os recursos públicos a ele repassados à conta do Contrato de Gestão n.º 22/2004, celebrado com a CODEPLAN (R\$ 37.500.000,00); b) da Diretoria Colegiada da CODEPLAN e de seu Conselho de Administração, por terem aprovado a presente prestação de contas eivada de irregularidades; III – autorizar o retorno dos autos à 1ª Inspeção, para os devidos fins. Impedidos de participar do julgamento deste processo os Conselheiros JORGE CAETANO e RENATO RAINHA.”

Ao proceder à análise de sua competência, a Unidade Instrutiva, nos termos de sua Informação n.º 108/2008, fls. 402 e ss., assevera:

“6. Devidamente citados, não apresentaram suas defesas Ricardo Lima Espíndola, Paulo César de Araújo Gonçalves, Eloá Alves da Conceição Carneiro e Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel, incorrendo no disposto no § 3º do art. 13 da LC n.º 01/94, devendo serem considerados revéis, dando-se prosseguimento ao processo. Os demais responsáveis apresentaram suas defesas tempestivamente. A seguir, são essas defesas sinteticamente retratadas e acompanhadas



das respectivas análises.

Análise das alegações de defesa apresentadas por Eunice F. dos S. Miotto (fls. 76 a 82)

7. A defendente limita-se a informar que “nunca teve poder decisório em atividades referentes à efetivação de Contratos de Gestão, decisão sobre pagamentos a serem efetuados, elaboração de Planos de Trabalho, contratação de empregados, compras dentre outras atividades”. Tais ações seriam desenvolvidas por coordenações e departamentos próprios sob a coordenação direta do presidente. As suas atividades limitar-se-iam “ao atendimento ao público, comunidade, empregados, solicitações de emprego, que eram encaminhadas para cadastramento no Banco de Dados da área de recursos humanos, atendimento à área de pessoal (lotação de empregados), recebimentos e respostas de correspondências enviadas pela comunidade em geral, e ainda representar a Instituição em eventos sociais ligados aos Projetos Sociais desenvolvidos pelo ICS.”

8. Reconhece que “assinava cheques, quando da ausência do presidente nas dependências da instituição, mas sempre que o fazia os mesmos eram apresentados juntamente com a documentação suporte do pagamento e sempre nominais ao credor, além de estarem previamente assinados pelo Diretor Financeiro, conforme previsto no Artigo 28 do Estatuto do ICS (...), não cabendo à requerida determinar nem quanto nem a quem o pagamento deveria ser encaminhado.”

9. Transcreve as competências do Vice-Presidente, estabelecidas no estatuto, art. 25: “a) exercer as atividades e atribuições de competência do Presidente, nas ausências ou impedimentos deste; b) movimentar os recursos financeiros do ICS na forma preconizada no Art. 28; c) executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Estatuto, pelo Regimento Interno e pelo Presidente.”

10. Ao final, justifica não ter sido responsável pela situação, embora membro da presidência, teria exercido funções meramente de assessoria, tendo sempre procurado agir com lisura, responsabilidade e zelo com a coisa pública, o que poderia ser comprovado no seu desenvolvimento profissional.

11. As alegações de defesa apresentadas, desacompanhadas de qualquer documento probante, são improcedentes. As competências que lhe eram atribuídas pelo estatuto e o próprio reconhecimento de que efetivamente realizava pagamentos são suficientes para afastar a idéia de mera figura decorativa (atendimento ao público) que, em



outras palavras, a defendente alega ter tido como papel no desempenho da Vice-Presidência do ICS.

12. Na qualidade de membro da alta direção do ICS, que recebeu recursos públicos via contrato de gestão em comento, não pode se eximir da obrigação de prestar contas e, mais especificamente, neste caso, demonstrar a regular aplicação desses recursos na forma demandada pela Corte.

13. São, portanto, improcedentes as alegações de defesa apresentadas.

Análise das alegações de defesa apresentadas por Adilson W. Raposo Junior (fls. 83 a 88 e 262 a 267)

14. Preliminarmente, o defendente alega que foi membro do Conselho de Administração do ICS no período de 03.05.2005 a 02.05.2006, não se encontrando no referido Conselho quando da vigência do contrato em questão. As contas anuais do ICS, envolvendo o referido contrato, teriam sido apresentadas em reunião realizada justamente no dia do seu ingresso naquele colegiado, 03.05.2005. A aprovação dessas contas teria se dado com base no parecer de auditoria independente, não tendo o defendente tido tempo hábil para tomar melhor conhecimento sobre o assunto.

15. No mérito, alega não haver “responsabilidade do Conselho de Administração pela fiscalização individualizada de cada despesa e receita realizada pelos órgãos de execução do ICS.”

16. A elaboração dos relatórios gerenciais e da prestação de contas não seria competência do conselho, vez que, para suas aprovações, os membros do conselho não detinham conhecimento técnico específico para análise, dependendo da manifestação da empresa de auditoria externa contratada para esse fim.

17. Não seria competência do conselho o envio das informações aos órgãos contratantes ou aos órgãos de controle, cabendo ao conselho, no caso de tomar conhecimento da insuficiência de documentação repassada pelo ICS, fato que não ocorreu, exigir o cumprimento dos prazos.

18. Tampouco seria de competência do conselho o arquivamento, guarda ou manutenção dos documentos que comprovassem a execução do contrato de gestão, cabendo tal atribuição à Coordenação Executiva de Contratos de Gestão do ICS, também responsável por elaborar os relatórios gerenciais dos contratos de gestão.



19. Hoje, para cumprir a exigência de apresentação da documentação requerida pelo Tribunal, só haveria possibilidade de atendimento por cidadãos que ainda se encontrassem no ICS, no caso, dos dirigentes dos órgãos de execução do ICS.

20. Tendo em vista que os presentes autos tratam da prestação de contas do contrato de gestão em comento, a composição dos responsáveis elencada no art. 2º, inciso I, da Resolução nº 164/2004 deve se ater, inicialmente, àqueles dirigentes e membros do conselho de administração que estavam efetivamente no exercício de suas funções no período em que vigorou o contrato, cujas contas serão julgadas pelo Tribunal. Embora não tenha exercido o cargo de conselheiro durante a vigência do contrato, exerceu efetivamente o cargo de conselheiro quando da análise e aprovação das respectivas contas. Observe-se que o respectivo relatório, tendo sido entregue em 03.05.2005, somente veio a ser aprovado em 04.01.2006 pelo conselho, em “face da quantidade de relatórios a serem verificados e referenciados, solicitaram maior prazo para sua análise” (vide ata nas fls. 121 a 123). O defendente, na qualidade de conselheiro, aprovou o relatório de execução do contrato em questão, conforme se verifica nas folhas retrocitadas, não cabendo, dessa forma, provimento às alegações, neste caso.

21. Observe-se que o conselho de administração, nos termos da Lei nº 2415/1999, art. 2º, I, c, (fls. 557 a 559 do apenso) é um órgão de deliberação superior com “atribuições normativas e de controle”, integrando, nos termos do art. 10 do estatuto do ICS (fls. 561 a 570 do apenso), a estrutura do ICS.

22. O seguinte trecho extraído do texto “Organizações Sociais”, de Eurico de Andrade Azevedo (<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista5/5rev6.htm>), espelha bem o papel do conselho de administração na organização social: “o Conselho de Administração da entidade deverá exercer papel fundamental na sua administração. Em sua composição, os representantes da comunidade e do Poder Público devem constituir maioria absoluta, controlando os atos da diretoria executiva, cujos membros serão pelo Conselho designados e dispensados. De certa forma, o Poder Público se assenhoreia do controle da entidade privada – com a colaboração da comunidade – para que ela possa vir a exercer as atividades sociais desejadas, utilizando-se de recursos oficiais. Aliás, segundo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, publicação do Ministério de Administração e Reforma do Estado, um dos objetivos desse novo tipo de parceria é precisamente reforçar o



controle social direto desses serviços, através dos seus conselhos de administração.”

23. Trata-se, portanto, de um órgão que atua conjuntamente com a direção da organização social ratificando, via aprovações e fiscalizações estabelecidas no art. 22 do estatuto do ICS (competência do conselho de administração) de atos realizados pela OS. Tais competências propiciavam aos seus membros acompanhar e fiscalizar os atos praticados pelo instituto. Trata-se de uma co-gestão entre conselho e diretoria do ICS. Por isso mesmo é que os membros do conselho de administração fazem parte do rol de responsáveis indicado no art. 2º, I-c, da Resolução nº 164/2004, estando obrigados ao dever de prestar contas da regular aplicação dos recursos públicos repassados ao ICS.

24. Nesse sentido, a responsabilidade dos membros do conselho não pode ser afastada por alegações querendo, por exemplo, repassar esta à auditoria externa, vez que o colegiado não está obrigado a acatar os pareceres por ela elaborados, sendo os trabalhos opinativos e não vinculativos. Tampouco pode prosperar alegação no sentido de que não teria sido levado ao conhecimento do conselho qualquer informação sobre irregularidades no contrato, tendo em vista que em 2005 a mídia noticiava a bastante tempo indícios de irregularidades no âmbito do ICS, havendo apurações em curso e muitas inclusive concluídas pelos órgãos de controle estatal. O TCDF vinha constantemente, desde a edição da contratação original, de 1999, apontando irregularidades nos sucessivos contratos de gestão celebrados com o ICS (vide parágrafo 27 da Informação nº 206/2007, fls. 10 a 21).

25. São, dessa forma, improcedentes as alegações de defesa apresentadas.

Análise das alegações de defesa apresentadas por Benjamin S. de J. Roriz (fls. 154 a 185)

26. Como conselheiro do ICS, alega sempre ter atuado “dentro dos estritos limites de sua competência estatutária e regimental, não sendo responsável pela aplicação ou destinação de qualquer recurso do ICS, até porque, nunca exerceu qualquer cargo de gestão nessa instituição, nem foi, em nenhum momento, ordenador de despesa de qualquer natureza.”

27. Sustenta “que a responsabilidade dos membros do Conselho de



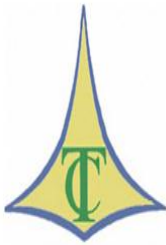
Administração do ICS limitava-se à prática de atos normativos internos, e referendar matéria previamente estudada e aprovada pelo corpo técnico especializado da instituição”, conforme depreender-se-ia do disposto no art. 22 do estatuto do ICS, transcrito nas fls. 156 e 157.

28. Esclarece ter deliberado pela aprovação do Contrato de Gestão nº 22/2004, “baseado nas informações técnicas que os gestores da instituição passaram ao Conselho de Administração e que foram atestadas regulares pela auditoria independente externa, bem como pela ausência de manifestação por parte da Comissão de Avaliação ou do Órgão de Revisão, a respeito de qualquer irregularidade no referido contrato.” Nas fls. 160 a 183 encontram-se as cópias do relatório de auditoria e parecer dos auditores independentes e demonstrativos contábeis, referentes ao exercício financeiro de 2004.

29. Observe-se que o conselho de administração, nos termos da Lei nº 2415/1999, art. 2º, I, c, (fls. 557 a 559 do apenso) é um órgão de deliberação superior com “atribuições normativas e de controle”, integrando, nos termos do art. 10 do estatuto do ICS (fls. 561 a 570 do apenso), a estrutura do ICS.

30. O seguinte trecho extraído do texto “Organizações Sociais”, de Eurico de Andrade Azevedo (<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista5/5rev6.htm>), espelha bem o papel do conselho de administração na organização social: “o Conselho de Administração da entidade deverá exercer papel fundamental na sua administração. Em sua composição, os representantes da comunidade e do Poder Público devem constituir maioria absoluta, controlando os atos da diretoria executiva, cujos membros serão pelo Conselho designados e dispensados. De certa forma, o Poder Público se assenhoreia do controle da entidade privada – com a colaboração da comunidade – para que ela possa vir a exercer as atividades sociais desejadas, utilizando-se de recursos oficiais. Aliás, segundo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, publicação do Ministério de Administração e Reforma do Estado, um dos objetivos desse novo tipo de parceria é precisamente reforçar o controle social direto desses serviços, através dos seus conselhos de administração.”

31. Trata-se, portanto, de um órgão que atua conjuntamente com a direção da organização social ratificando, via aprovações e fiscalizações estabelecidas no art. 22 do estatuto do ICS (competência do conselho de administração) de atos realizados pela OS. Tais competências propiciavam aos seus membros acompanhar e fiscalizar os atos praticados pelo instituto. Trata-se de uma co-gestão entre



conselho e diretoria do ICS. Por isso mesmo é que os membros do conselho de administração fazem parte do rol de responsáveis indicado no art. 2º, I-c, da Resolução nº 164/2004, estando obrigados ao dever de prestar contas da regular aplicação dos recursos públicos repassados ao ICS.

32. Nesse sentido, a responsabilidade dos membros do conselho não pode ser afastada por alegações querendo, por exemplo, repassar esta à auditoria externa, vez que o colegiado não está obrigado a acatar os pareceres por ela elaborados, sendo os trabalhos opinativos e não vinculativos. Tampouco pode prosperar alegação no sentido de que não teria sido levado ao conhecimento do conselho qualquer informação sobre irregularidades no contrato, tendo em vista que em 2004 a mídia noticiava a bastante tempo indícios de irregularidades no âmbito do ICS, havendo apurações em curso e muitas inclusive concluídas pelos órgãos de controle estatal. O TCDF vinha constantemente, desde a edição da contratação original, de 1999, apontando irregularidades nos sucessivos contratos de gestão celebrados com o ICS (vide parágrafo 27 da Informação nº 197/2007, fls. 10 a 21).

33. São, dessa forma, improcedentes as alegações de defesa apresentadas.

Análise das alegações de defesa apresentadas por José Vital de Araújo Fagundes (fls. 317 a 346)

34. As alegações de defesa são as mesmas apresentadas pelo defendente Benjamin S. de J. Roriz, já analisadas, cabendo-lhe, portanto, as mesmas considerações e conclusões efetuadas – improcedência das alegações de defesa apresentadas.

Análise das alegações de defesa apresentadas por Edimar Pireneus Cardoso (fls. 358 a 385)

35. As alegações de defesa são exatamente as mesmas apresentadas pelo defendente José Vital de Araújo Fagundes, que, por sua vez, são à semelhança das apresentadas pelo defendente Benjamin S. de J. Roriz, já analisadas, cabendo-lhe, portanto, as mesmas considerações e conclusões efetuadas – improcedência das alegações de defesa apresentadas.

Análise das alegações de defesa apresentadas por João Ignácio Perius (fls. 147 a 153)

36. Paralelamente às “alegações preliminares de defesa” apresentadas, o defendente requer a prorrogação por mais trinta dias



do seu prazo de defesa, em face da dificuldade de reunir provas documentais que respaldem suas alegações, de modo a juntar tal documentação e novas alegações.

37. A solicitação de prorrogação de prazo é um direito que lhe assiste, mas é anterior à apresentação das alegações de defesa. Ademais, tendo em vista que o prazo pretendido pelo defendente já foi em muito ultrapassado sem que qualquer documentação nova tenha sido apresentada, proceder-se-á à respectiva análise das alegações de defesa apresentadas.

38. Alega que, na qualidade de Conselheiro do Conselho de Administração, sempre atuou no estrito limite do Regimento Interno em sua função consultiva, bem como aos limites da competência do cargo de conselheiro estabelecida no art. 22 do estatuto do ICS, nunca tendo sido ordenador de despesa do ICS.

39. Sustenta que todas as vezes que “se manifestou no âmbito do referido conselho do ICS o fez sob a guarida de um profissional habilitado para tanto e com responsabilidade legal sob suas manifestações”, referindo-se à auditoria externa independente.

40. Argumenta que, “em relação ao Contrato de Gestão nº 22/2004 que não houve qualquer manifestação tempestiva da Comissão de avaliação ou de órgão de revisão a respeito de quaisquer irregularidades no referido contrato, de modo que os pronunciamentos do Conselho sempre se resguardaram na ausência de qualquer denúncia sobre tais contratos e na confiabilidade das manifestações das auditorias externas que sempre atestaram a regularidade da aplicação dos recursos referente ao referido Contrato.”

41. As alegações são as mesmas apresentadas por outros membros do conselho de administração, já analisadas, em especial as do defendente Benjamin S. de J. Roriz, cabendo-lhes, portanto, as mesmas considerações e conclusões efetuadas – improcedência das alegações de defesa apresentadas.

Análise das alegações de defesa apresentadas por Lázaro Severo Rocha (fls. 106 a 124)

42. Devidamente representado, alega, preliminarmente, a incompetência do TCDF para fiscalizar o ICS, citando trecho que atribui a acórdão que teria sido expedido pelo TJDF no MS 20030020091448-DF (vide transcrição na fl. 107), do qual se destaca: “o Instituto Candango de Solidariedade é de natureza privada, não tendo o egrégio Tribunal de Contas, por conseguinte, competência



para exercer fiscalização e controle de seus atos. Se pudesse, teria, necessariamente, competência para exercer o controle e fiscalização de qualquer empresa privada (...)”.

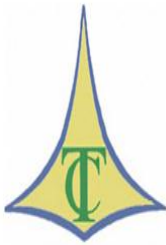
43. No mérito, argumenta que, “no ano de 2007, o atual Governo do Distrito Federal decidiu não mais contratar com o ICS, nomeando o Corregedor Roberto Giffoni, como a pessoa responsável pelos assuntos pertinentes ao ICS, com quem está todo o acervo daquele instituto, e, na qualidade de liquidante do Instituto, pessoa de nome Laerte. Assim, todo e qualquer documento mencionado pelo impugnante e não juntado aos autos poderá ser requerido das pessoas acima nominadas no SRSTVS Quadra 701, bloco K, térreo, Ed. Embassy Tower, Brasília-DF.”

44. Alega que, da leitura do “pactado entre o Distrito Federal (CODEPLAN) e o ICS, por meio dos contratos de gestão, constata-se, com clareza solar, que todos os pagamentos referentes aos seus objetos somente eram feitos após a verificação, pelo órgão contratante, do serviço realizado.” “Ora, no momento em que o Distrito Federal efetuava os pagamentos pelos serviços já prestados pelo ICS, esses recursos deixavam de ser públicos, passando à esfera privada, até porque todas as fiscalizações e avaliações já haviam sido feitas, a respeito da execução do objeto contratado.”

45. Sustenta que todas as atividades do contrato gestão eram “supervisionadas e submetidas para aprovação do Conselho de Administração do ICS, composto inclusive por pessoas indicadas pelo Distrito Federal, como é de conhecimento geral”, destacando que as contas foram aprovadas na 135ª reunião ordinária do conselho (fls. 121 a 123).

46. Alega, ainda, que “a responsabilidade do ICS era a de apresentar ao órgão contratante relatório gerencial sobre a execução do contrato. E essa providência foi tomada, encaminhando o relatório gerencial referente ao Contrato de Gestão 022/2004.”

47. De todo descabida a alegação de incompetência do Tribunal de Contas para fiscalizar o ICS quanto aos recursos públicos repassados a ele mediante contrato de gestão. Tal competência encontra-se insculpida nos arts. 1º, II-d e VII, e 6º, V e VI, da Lei Complementar nº 01/94, referenciadas no voto que fundamentou a Decisão nº 4522/2007 (vide parágrafo 4 desta instrução), bem como no parágrafo único do art. 77 e art. 78, II-d e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Em alusão a essa competência, consta expressamente citado o Tribunal de Contas do Distrito Federal no texto da Lei nº



2415/99 (art. 9º, fl. 557 a 559 do apenso).

48. O citado trecho, que teria sido extraído de processo do TJDF, tomado isoladamente, tal qual foi apresentado pelo defendente, não se demonstra, inicialmente, equivocado, posto que, em geral, organizações de natureza privada não estão sujeitas à fiscalização dos Tribunais de Contas. Entretanto, quando passam a, de alguma forma, receber e gerir recursos públicos, adentram à esfera da competência fiscalizatória dos TCs, passando a ter os seus responsáveis o dever de prestar contas à sociedade. Dever este que constitui princípio constitucionalmente consagrado no parágrafo único do art. 701.

49. A comprovação da regular aplicação dos recursos públicos recebidos pelo ICS mediante documentação demandada pela Corte é dever dos responsáveis, não se prestando para esse feito vagas indicações de possível localização dessa documentação.

50. Uma vez que as alegações de defesa apresentadas não elidem a responsabilidade atribuída pelo Tribunal, consideram-se as mesmas improcedentes.

Análise das alegações de defesa apresentadas por Manoel Pereira de Lucena, Emílio Carlos Vitali e Dirlene Fiel dos Santos Souza (fls. 125 a 144)

51. Representados pelo mesmo procurador do Sr. Lázaro Severo Rocha, alegam, preliminarmente, a incompetência do TCDF para fiscalizar o ICS, nos exatos termos da defesa apresentada pelo retrocitado defendente, de modo que a análise lá efetuada se presta à presente, sendo improcedentes as alegações, neste caso.

52. Argumentam que “o Relatório de auditoria deixa a desejar, posto que não imputa, objetivamente, a eles, a prática de qualquer ato lesivo ao patrimônio público, deixando de indicar as suas condutas ou responsabilidades, o que cerceia suas defesas, visto que a imputação é por demais genérica”, destacando que, na qualidade de diretores, nada tiveram a ver com a assinatura do contrato de gestão, com a execução, o controle ou qualquer outra atividade que diga respeito diretamente a contrato de gestão, até porque tais atividades não estariam contempladas no estatuto do ICS, mais precisamente no art. 26, transcrito na fl. 128.

53. As demais alegações são idênticas às apresentadas pelo defendente Lázaro Severo Rocha, valendo-lhes as respectivas análises efetuadas, sendo consideradas, nesses casos, improcedentes.

54. Não cabe provimento à alegação de cerceamento de defesa visto



que as imputações de responsabilidade seriam por demais genéricas. Conforme mandamentos legais mencionados nesta instrução, os diretores do ICS estavam sujeitos ao julgamento de suas contas na qualidade de responsáveis pela comprovação da regular aplicação dos recursos públicos repassados ao ICS mediante o contrato de gestão em comento. Essa é a demanda do Tribunal nos presentes autos, pendente ainda de cumprimento, explicitada no voto que fundamentou a Decisão nº 4522/2007.

55. São, portanto, improcedentes as alegações de defesa apresentadas.

Análise das alegações de defesa apresentadas por Durval Barbosa Rodrigues, Carlos José de Oliveira Michiles, Carlos Eduardo Bastos Nonô e Vagner Gonçalves Benck de Jesus (fls. 296 a 308 e fls. 386 a 398)

56. A defesa apresentada pelo Sr. Vagner, por ser idêntica à dos demais, é analisada em conjunto. Preliminarmente, relacionam os processos nºs 3185/99, 1822/04, 2064/04 e 19328/05, alegando que, por envolverem assuntos convergentes, “tratando sobre o mesmo contrato e seus desdobramentos”, deve o presente feito ser suspenso e reunido aos citados processos para análise em conjunto, de modo a prevenir a ocorrência de bis in idem (condenação por duas ou mais vezes por um mesmo fato).

57. Sustentam que a “prestação de contas foi realizada com zelo pelos executores do contrato em questão e apresentada aos membros da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração, conforme previsão legal.”

58. Alegam que a CGDF considerou a presente prestação de contas irregular, sem que à Codeplan, sua Diretoria Colegiada ou ao Conselho de Administração tenha sido dada a oportunidade de apresentar justificativas.

59. Argumentam que as organizações sociais classificariam-se como “públicas não estatais”, ficando “muito clara a intenção de tentar excluí-las da abrangência da Administração Indireta e, em consequência, excluí-las também da incidência das normas e princípios constitucionais que a ela se aplicam.”

60. Sustentam encontrarem-se superadas as questões referentes à legalidade do contrato de gestão, assim como da taxa de administração muitas vezes prevista em contrato. Para tanto, fazem referência ao processo nº 2000.01.1.035312-0 (ação popular, 5ª Turma Cível, DJ



15.02.2007), ao MSG 2003.00.2.011424-6 (Conselho Especial) e ao APCRMO 1999.01.1.091469-3 (3ª Turma Cível).

61. Alegam, pois, que não haveria que se falar em prejuízo, vez que todos os serviços teriam sido comprovadamente realizados, tampouco podendo se falar em ausência de prestação de contas, vez que toda a documentação requerida e exigida por lei teria sido apresentada. Os valores teriam sido conferidos e estariam em conformidade com os contratos, propostas e informações dos responsáveis técnicos de que os serviços teriam sido efetivamente prestados, sendo que nenhum outro valor teria sido cobrado a maior nas notas fiscais em questão.

62. Por fim, alegam que requerer “a condenação solidária dos dirigentes e conselheiros da Codeplan, no tocante à restituição ao erário do valor do contrato é fazer com que a Administração Pública se locuplete indevidamente desse valor, uma vez que o serviço foi efetivamente realizado.”

63. As alegações desacompanhadas de documentação probante não elidem, por si só, a responsabilidade do que ora se defendem.

64. Observe-se que, em se tratando de processos de prestação de contas de contratos de gestão envolvendo o ICS, o Tribunal estabeleceu o entendimento de que o ressarcimento do valor do débito resultante da ausência da comprovação da efetiva e regular aplicação de recursos públicos que ao ICS foram repassados via contrato de gestão deveria ser buscado no âmbito do próprio processo de prestação de contas de contrato de gestão, não havendo necessidade de se instaurar TCE para tanto (Decisão nº 4522/07, vide parágrafo 4 retro). Com o advento da Decisão nº 6528/072 (Processo nº 7459/07), a Corte estabeleceu uma distinção em relação às responsabilizações inerentes a esse tipo de processo, bem como à respectiva citação dos responsáveis.

65. Nesse sentido, em apreciação nos presentes autos estão o julgamento das contas dos dirigentes do ICS, nos termos da Resolução nº 164/2004, e o ressarcimento de prejuízos decorrentes da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados, cuja responsabilidade é solidária entre os dirigentes do ICS, os signatários do contrato e os administradores do órgão ou entidade pública (englobando diretorias colegiadas e conselhos de administração). Esse é o entendimento contido no seguinte trecho constante do relatório que fundamentou a referida Decisão nº 6528/07: “Impende ressaltar, por fim, a existência de responsabilidade solidária da Diretoria Colegiada da CODEPLAN e do Conselho de Administração daquela entidade, que



aprovaram a inexistente prestação de contas do referido contrato de gestão (fls. 604 e 605 do apenso). Isso porque o dever de prestar contas imposto ao ICS não desobriga os gestores públicos de responder pela fiscalização da regular aplicação dos recursos envolvidos e do efetivo cumprimento daquele dever imposto ao contratado (art. 942 do Código Civil)”.

66. Destarte, a responsabilidade dos defendentes em questão é pelo valor do débito, solidariamente com os dirigentes do ICS, em face da não comprovação da efetiva e regular aplicação dos recursos públicos que à entidade foram repassados via contrato de gestão.

67. Não cabe provimento ao requerimento de juntada do presente processo a outros que tratam de outros contratos de gestão, posto que, ainda que reconhecido pelos próprios dirigentes da Codeplan tratarem-se de um mesmo contrato, formalmente, por opção da própria Codeplan, foram celebrados vários contratos, com vigências e recursos distintos. Nesse sentido, para cada contrato de gestão deve haver um processo de prestação de contas respectivo, não havendo que se falar em bis in idem.

68. Tampouco procede o argumento de que a prestação de contas foi efetuada pelos executores do contrato, posto que os que estão obrigados ao dever de prestar contas são os dirigentes do ICS, o que não ocorreu satisfatoriamente, como também permanece ausente a apresentação da documentação comprobatória requerida pela Corte de Contas de modo a comprovar a regular aplicação dos valores repassados ao ICS.

69. O não oferecimento de oportunidade à Diretoria Colegiada e ao Conselho de Administração da Codeplan para apresentar justificativas à CGDF em face de esta ter considerado irregular a execução do contrato em comento não implica cerceamento de defesa, posto que o direito a ampla defesa e ao contraditório se dá perante o TCDF.

70. Ressalte-se que as normas e princípios constitucionais não deixam de ser aplicáveis àqueles que recebem recursos públicos via contrato de gestão ou outro ajuste pela simples razão de não se enquadrarem estes como Administração Indireta. Essas normas e princípios aplicam-se a todos. Por serem previstos constitucionalmente, a sua não incidência poderia ser admitida se também prevista na lei maior, não sendo este o caso.

71. Não procede a alegação de que os serviços teriam sido efetivamente realizados e que por essa razão não haveria prejuízo



envolvido. Esses serviços encontram-se sob suspeição, incluindo nesse contexto as citadas informações dos responsáveis técnicos, insuficientes para comprovar a regular aplicação dos recursos. A ausência da apresentação da documentação requerida pelo Tribunal implica na existência de débito.

72 São, portanto, improcedentes as alegações de defesa apresentadas.

Análise das alegações de defesa apresentadas por Cristiano Machado Roriz (fls. 268 a 271)

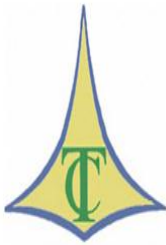
73. Esclarece “que o Conselho de Administração da Codeplan, ao se manifestar favoravelmente a prestação de contas do Contrato de Gestão nº 011/2005, (...), o fez respaldado pelos pareceres técnicos dos gestores do contrato, da controladoria interna da empresa e da assessoria jurídica, conforme cópias em anexo.”

74. A atuação do Conselho de Administração teria se limitado à sua competência estatutária, não lhe cabendo a gestão, execução, aplicação ou destinação de qualquer recurso da empresa.

75. Sustenta não haver qualquer fundamentação legal que justifique o pedido do Ministério Público para ouvir os membros do Conselho de Administração da Codeplan, vez que não é apontado, em nenhum momento, o dispositivo legal que justifique a oitiva desses membros. “Tal atitude nos faz lembrar os sombrios tempos da inquisição, onde o que importava não era fazer justiça, mas sim fabricar culpados.”

76. Alega que, quando da análise do processo, pelo Conselho de Administração da Codeplan, não existia ainda o parecer da CGDF, elencando possíveis irregularidades, pelo contrário, todos os órgãos técnicos da empresa atestavam a legalidade dos atos praticados.

77. Os membros do Conselho de Administração, bem como da Diretoria Colegiada, foram chamados a se defenderem nos autos em face de “terem aprovado a presente prestação de contas eivada de irregularidades” (vide último parágrafo do voto condutor que fundamentou o teor da Decisão nº 1296/2008), acolhendo entendimento inicialmente apresentado pelo MPjTCDF, constante do parágrafo 8 do Parecer 1422/07-MF (fl. 27), transcrito a seguir: “Embora eivadas com fartas e flagrantes irregularidades, a Codeplan aprovou as contas do ICS, mais, tentou sanear as pendências junto ao controle interno enviando documentos que sequer referiam-se ao contrato em questão. Confundiram-se as figuras do tomador e do prestador de contas, dada



a cumplicidade na execução do ajuste. Dessa forma, cabe a audiência da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração da Codeplan.”

78. A responsabilidade dos membros do Conselho de Administração da Codeplan, conforme expressamente registrado no item II da Decisão nº 1296/2008 (fundamento no art. 13,II, da LC nº 01/94), está calcada na existência dessas irregularidades com incidência de débito, respondendo eles, portanto, solidariamente pelo valor do débito (vide também considerações sobre responsabilização contidas nos parágrafos 64 a 66 retro), no caso, R\$ 37.500.000,00 (valores nominais de 2004).

79. Mostra-se descabida a pretensão do defendente de querer tornar incipientes as atribuições do citado colegiado, notadamente porque os argumentos formulados contrariam as competências definidas no estatuto social da Companhia, ao qual atribui a função principal de orientar e controlar a gestão dos negócios da empresa (art. 19 do estatuto da Codeplan, fls. 561 a 570 do apenso).

80 A responsabilidade dos membros do conselho não pode ser afastada por alegações querendo, por exemplo, repassar esta a outros setores que apresentaram pareceres favoráveis às contas, vez que o colegiado não está obrigado a acatar os pareceres por ela elaborados, sendo os trabalhos opinativos e não vinculativos. Tampouco pode prosperar alegação no sentido de que não teria sido levado ao conhecimento do conselho qualquer informação sobre irregularidades no contrato, tendo em vista que em 2004 a mídia noticiava a bastante tempo indícios de irregularidades no âmbito do ICS, havendo apurações em curso e muitas inclusive concluídas pelos órgãos de controle estatal. O TCDF vinha constantemente, desde a edição da contratação original, de 1999, apontando irregularidades nos sucessivos contratos de gestão celebrados com o ICS (vide parágrafo 27 da Informação nº 206/2007, fls. 10 a 21).

81. As alegações apresentadas são elidem a responsabilidade atribuída nos autos, sendo, portanto, improcedentes.

Análise das alegações de defesa apresentadas por João Medeiros de Sousa e José Mariano (fls. 273 a 289 e 290 a 295)

82. Por serem idênticas as defesas apresentadas, serão analisadas em conjunto.

83. Alegam que, conforme disposições estatutárias da Codeplan (arts. 33 e 19 transcritos nas fls. 274 a 276), não seria atribuição dos



membros do Conselho de Administração “assinar, fiscalizar quaisquer contratos que tivesse a Codeplan como parte, pois o Conselho de Administração é órgão superior e não técnico.”

84. Sustentam que a aprovação das contas do contrato de gestão em comento se deu com base no teor dos relatórios dos executores do contrato, da controladoria interna da empresa e de parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da empresa, todos respaldando a legalidade do ato.

85 Diferentemente do entendimento dos defendentes, o art. 19 do estatuto da Codeplan atribuía competência aos membros do Conselho de Administração para acompanhar e fiscalizar os atos praticados pelos gestores da Companhia.

86 A responsabilidade dos membros do conselho não pode ser afastada por alegações querendo, por exemplo, repassar esta a outros setores que apresentaram pareceres favoráveis às contas, vez que o colegiado não está obrigado a acatar os pareceres por ela elaborados, sendo os trabalhos opinativos e não vinculativos. Tampouco pode prosperar alegação no sentido de que não teria sido levado ao conhecimento do conselho qualquer informação sobre irregularidades no contrato, tendo em vista que em 2004 a mídia noticiava a bastante tempo indícios de irregularidades no âmbito do ICS, havendo apurações em curso e muitas inclusive concluídas pelos órgãos de controle estatal. O TCDF vinha constantemente, desde a edição da contratação original, de 1999, apontando irregularidades nos sucessivos contratos de gestão celebrados com o ICS (vide parágrafo 27 da Informação nº 206/2007, fls. 10 a 21).

87. As alegações apresentadas são elidem a responsabilidade atribuída nos autos, sendo, portanto, improcedentes.

Análise das alegações de defesa apresentadas por Gleno Rossi (fls. 348 a 353)

88. Alega que a contratação do ICS e a aprovação da prestação de Contas do contrato de gestão em comento foram precedidas de parecer favorável da procuradoria jurídica da Companhia (com amparo nas Lei nº 2415/99 e 9637/98), sendo que, se laborou em erro o defendente, a rigor, não poderia evitá-lo. Daquele não se exigiria formação jurídica, bem assim saber da licitude da não exigência licitatória, por ser matéria controversa. Ademais, por tratar-se de parecer técnico, o



defendente deveria segui-lo, para não ser responsabilizado pessoalmente ao rejeitar a orientação da assessoria.

89. Nesse sentido, transcreve advertência que seria de autoria do professor Celso Antônio Bandeira de Mello em parecer ofertado ao professor Sérgio Ferraz para instruir o mandado de segurança nº 200700354649-MS (STJ), visto nas fls. 350 e 351, tratando da responsabilidade do agente público que praticou ato decisório calcado em parecer técnico obrigatório.

90. Alega que o Conselho de Administração seria órgão de deliberação superior sem função técnica, cuja atuação restringir-se-ia aos limites de sua competência estatutária, não lhe cabendo a gestão, execução, aplicação ou destinação de quaisquer recursos da empresa.

91. Importa destacar que se mostra descabida a pretensão do defendente de querer tornar incipientes as atribuições do Conselho de Administração da Companhia, notadamente, porque os argumentos formulados contrariam as competências definidas no estatuto social da empresa, que lhe atribui a função principal de orientar e controlar a gestão dos negócios da Companhia (art. 19 do Estatuto Social da CODEPLAN).

92. Insubsistente também se mostra a alegação de que os pareceres dos executores dos contrato, da controladoria interna e da assessoria jurídica e os estudos técnicos eram vinculantes, em face das competências estatutárias do Conselho de Administração. Se viável a pretensão do defendente, o colegiado simplesmente inexistiria. Tais justificativas apenas corroboram a tese de que o Conselho de Administração do ICS atuou de forma negligente ao não acompanhar e fiscalizar os atos de gestão praticados pelos dirigentes da Companhia, delegando suas responsabilidades à terceiros, de forma tácita. Observe-se que, conforme comentado em análises anteriores, em 2004 a mídia noticiava a bastante tempo indícios de irregularidades no âmbito do ICS, havendo apurações em curso e muitas inclusive concluídas pelos órgãos de controle estatal. O TCDF vinha constantemente, desde a edição da contratação original, de 1999, apontando irregularidades nos sucessivos contratos de gestão celebrados com o ICS (vide parágrafo 27 da Informação nº 206/2007, fls. 10 a 21).

93. As alegações de defesa apresentadas não afastam a responsabilidade atribuída nos autos, sendo, dessa forma, improcedentes.



Análise das alegações de defesa apresentadas por Gerson Fernando dos Santos Pinto (fls. 90 a 105)

94. As alegações de defesa apresentadas trazem, precipuamente, argumentos relacionados ao Contrato de Gestão nº 22/2004.

95. O defendente aduz que a sua vigência teria sido anterior à sua posse como conselheiro, ocorrida em 23 de junho de 2005 (cópia do termo de posse na fl. 98).

96. Sobre a aprovação das contas do referido contrato de gestão, o defendente alega que se deu “com base na avaliação feita mediante os pareceres da Controladoria, conforme folhas 944/966, 892/894 e 994/996, juntamente com os pareceres da Assessoria Jurídica da CODEPLAN conforme folhas 948/958, 896/906 e 998/1008, dando legitimidade aos dados e aos documentos relacionados na prestação de contas.”

97. Ressaltou que o Conselho de Administração seria órgão superior e não técnico, sempre tendo atuando dentro dos limites de sua competência estatutária, não lhe cabendo fiscalizar diretamente a execução de contratos, o fazendo conforme relatórios de avaliação e pareceres dos órgãos técnicos competentes.

98. As mesmas considerações e análises atinentes às alegações apresentadas por Gleno Rossi, João Medeiros de Sousa e José Mariano se aplicam às alegações de defesa ora sob exame, posto terem o mesmo teor. Há uma diferença, de fato o contrato teve vigência anterior à sua posse. Contudo, conforme se verifica no documento de fl. 105 (126ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Codeplan), que tratou, dentre outros, da apreciação do relatório conclusivo do contrato em questão, consta do mesmo a assinatura do defendente. Este documento, combinado com a Ata de fl. 101, indica a participação do defendente na análise e aprovação do dito relatório, razão pela qual, e diante das demais considerações, não cabe procedência às alegações apresentadas.

Análise das alegações de defesa apresentadas por Mariana Trindade Altoé (fls. 186 a 250)

99. Devidamente representada (fl. 191), informa que era conselheira quando da celebração do contrato em questão.

100. Alega que “a competência de fiscalizar, apurar e deliberar sobre qualquer irregularidade nas contratações da supracitada companhia é do Conselho Fiscal”, que, por sua vez, aprovou as contas da Codeplan, na 691ª Reunião daquele conselho (cópia nas fls. 245 a



250), “isentando de qualquer responsabilidade a Contestante.”

101. *Em prol do afastamento da responsabilidade que lhe é atribuída, transcreve o voto que fundamentou a Decisão nº 6528/2007, visto no parágrafo 65 desta instrução.*

102. *Sustenta que, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração, apoiados nos elementos de convicção fornecidos pelo Conselho Fiscal ao aprovar as contas da Companhia referentes a 2004, aprovou a prestação de contas do contrato em questão, tendo em vista não ter lhes sido apontada qualquer irregularidade.*

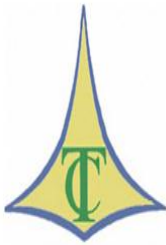
103. *Destaca que “o Contrato em tela, após ser submetido à análise do Conselho de Administração da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, do qual o ora Contestante não mais faz parte, foi considerado irregular, tal fato somente se explica na possibilidade de que o citado conselho foi induzido a erro, analisando documentos forjados”. “Como se era de esperar, não tendo a ora Contestante atuado por ação ou até mesmo omissão, portanto, sem qualquer intenção de infringir a lei ou sequer causar prejuízo financeiro ao patrimônio da Companhia, nem de enriquecer-se sem causa, muito menos de beneficiar alguém, seja direta ou indiretamente, apenas acompanhou o voto dos seus colegas, aprovando as contas prestadas.”*

104. *A defendente incorre em equívoco ao citar o trecho do voto condutor da Decisão nº 6528/2007 com vistas a eximir-se da responsabilidade atribuída nos autos. Reside exatamente nesse voto a caracterização de sua responsabilidade, enquanto membro do Conselho de Administração.*

105. *Além desse, incorre em outro equívoco ao apresentar alegações de defesa em face da aprovação das contas da Codeplan, quando o questionamento reside na aprovação das contas referentes à execução do contrato de gestão sob análise.*

106. *Por força do art. 8º, § 1º, da Lei Distrital nº 2415/1999, caberia ao ICS apresentar à Codeplan e ao órgão de controle externo relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão nº 22/2004, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas pertinente. Tais providências jamais foram adotadas pelo ICS. Por conseguinte, não poderiam os Conselhos Fiscal e de Administração da Codeplan aprovar as contas que lhes fossem submetidas.*

107. *Além disso, a responsabilidade dos membros do Conselho de*



Administração, de acompanhar e fiscalizar os atos de gestão praticados pela Codeplan, não poderia ser delegada, de forma tácita, ao Conselho Fiscal da Companhia, porquanto os pareceres emitidos por este colegiado não são vinculativos. Outrossim, as irregularidades que permeiam o contrato em questão são latentes, razão pela qual, deveria ter sido considerado irregular pelo citado colegiado.

108. Cumpre indicar que por meio da peça em análise a defendente limitou-se à tentativa de esvaziar as atribuições do Conselho de Administração, atribuir a outrem à responsabilidade pela aprovação da prestação de contas do contrato em questão e a suscitar a possibilidade de ter sido induzida a erro pelo Conselho Fiscal. Em momento algum a defendente formulou elementos de convicção acerca da regularidade do referido ajuste, bem assim da correta aplicação dos recursos geridos pelo ICS. Portanto, continuam inalteradas as responsabilidades que lhes foram atribuídas nestes autos.

109. Nesses termos, são improcedentes as alegações de defesa apresentadas.

Conclusão

110. Ricardo Lima Espíndola, Paulo César de Araújo Gonçalves, Eloá Alves da Conceição Carneiro e Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel, incorreram no disposto no § 3º do art. 13 da LC nº 01/94 (não atenderam as citações, não apresentando defesas), devendo serem considerados revéis, dando-se prosseguimento ao processo.

111. São improcedentes as alegações de defesa apresentadas pelos demais responsáveis.

112. ejeitando-se as alegações de defesa, estando ausente a comprovação, mediante documentação hábil, da efetiva e regular aplicação de todos os recursos públicos repassados à conta do Contrato de Gestão nº 22/2004, celebrado entre a Codeplan e o ICS, os responsáveis solidários pelo valor nominal débito de R\$ 37.500.000,00 (monetariamente atualizado equivale a R\$ 48.251.690,01 – SINDEC – 2009), Sras. Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Dirlene Fiel dos Santos Souza e Mariana Trindade Altoé, e Srs. Adilson W. Raposo Junior, Benjamin S. de J. Roriz, José Vital de Araújo Fagundes, Edimar Pireneus Cardoso, João Ignácio Perius, Lázaro Severo Rocha, Manoel Pereira de Lucena, Emílio Carlos Vitali, Durval Barbosa Rodrigues, Carlos Eduardo Bastos Nonô, Carlos José de Oliveira Michiles, Vagner Gonçalves Benck de Jesus, Cristiano Machado Roriz, João Medeiros de Sousa, José Mariano, Gleno Rossi e Gerson



Fernando dos Santos Pinto, nos termos do § 1º do art. 13 da LC nº 01/94, devem ser cientificados da rejeição de suas alegações de defesa para, no prazo improrrogável de 30 dias recolherem a importância devida. Esse prazo para recolhimento deverá ser ofertado aos responsáveis revéis, também solidários pelo débito, indicados anteriormente.

113. Transcorrido esse prazo sem que o valor devido tenha sido ressarcido, dever-se-á proceder ao julgamento das contas dos responsáveis como irregulares, nos termos do art. 17, III, “a”, da LC nº 01/94, condenando-se os responsáveis ao pagamento da dívida atualizada monetariamente, aplicando-se-lhes, individualmente, a multa prevista no caput do art. 20 da LC nº 01/94, cumulativamente com a sanção anotada no art. 183 do RI/TCDF, sem embargo de noticiar o fato ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, para a adoção das providências julgadas pertinentes.

Formula, em face das considerações suso reproduzidas, as seguintes sugestões, verbis:

“I- tome conhecimento das citações e das alegações de defesa apresentadas em atendimento aos termos da Decisão nº 1296/2008;

II- considere revéis os Srs. Ricardo Lima Espíndola e Paulo César de Araújo Gonçalves, e as Sras. Eloá Alves da Conceição Carneiro e Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel, nos termos do § 3º do art. 13 da LC nº 01/94, dando-se prosseguimento ao processo;

III- considere improcedentes as alegações de defesa apresentadas pela Sras. Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Dirlene Fiel dos Santos Souza e Mariana Trindade Altoé, e pelos Srs. Adilson W. Raposo Junior, Benjamin S. de J. Roriz, José Vital de Araújo Fagundes, Edimar Pireneus Cardoso, João Ignácio Perius, Lázaro Severo Rocha, Manoel Pereira de Lucena, Emílio Carlos Vitali, Durval Barbosa Rodrigues, Carlos Eduardo Bastos Nonô, Carlos José de Oliveira Michiles, Vagner Gonçalves Benck de Jesus, Cristiano Machado Roriz, João Medeiros de Sousa, José Mariano, Gleno Rossi e Gerson Fernando dos Santos Pinto;

IV- em consequência, nos termos do § 1º do art. 13 da LC nº 01/94, devem os responsáveis solidários indicados no item III anterior serem cientificados da rejeição de suas alegações de defesa para, no prazo improrrogável de 30 dias, recolherem a importância devida, que,



monetariamente atualizada, equivale a R\$ 48.251.690,01 – (SINDEC – 2009), ofertando-se também aos responsáveis indicados no item II retro, também solidários quanto ao débito retrocitado, o mesmo prazo improrrogável para o recolhimento da importância devida;

V- autorize o retorno dos autos à 1ª ICE para as devidas providências.”

Em cota aditiva de fls. 433 e ss., o Diretor da Divisão de Contas da 1.ª ICE ergue as seguintes ponderações:

“2. Em primeiro lugar, é preciso ficar assente que as prestações de contas de contratos de gestão constituem uma nova espécie do gênero prestação de contas, erigida como resposta do controle externo a uma ‘criação contratual’ que, a despeito de suas peculiaridades e roupagem, outro objetivo em última instância não tem senão viabilizar a transferência de bens e valores públicos à gestão terceiros.

3. Por conta disso, desnudada a essência do contrato de gestão, inarredável exsurge, de um lado, o dever de prestar contas por parte dos envolvidos em sua celebração, haja vista o caráter universal que assinala esta obrigação (consignada no parágrafo único, art. 70 da Constituição Federal), de outro, a competência das Cortes de Contas para julgar tais prestações de contas, nos termos do inciso II, art. 71 da Constituição.

4. Por não se assemelhar àquelas prestações de contas já conhecidas (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), a nova espécie de prestação de contas ressentia-se de normatização específica, o que deu origem, tendo em conta os termos do art. 3º da Lei Complementar nº 1/94, à edição da Resolução-TCDF nº 164, de 04.05.2004, em que pese o fato desta espécie de prestação de contas já ter sido prevista pelo §1º, art. 8º da Lei-DF nº 2.415, de 06.07.1999.

5. Enfim, relativamente às prestações de contas de contratos de gestão, dúvida não se tem quanto: i) a obrigatoriedade de serem prestadas; ii) quem tem o dever de prestá-las; iii) a quem devem ser prestadas; iv) de que forma devem ser prestadas; v) e quem tem competência para julgá-las.



6. No plano fático, contudo, as prestações de contas dos contratos de gestão firmados com o Instituto Candango de Solidariedade renderam ensejo a alguns desdobramentos que precisam, a meu sentir, ser esclarecidos.

7. O primeiro viés de discussão Plenária, no âmbito da fiscalização de atos e contratos, enfrentou a questão da legalidade dos contratos de gestão, tendo o Tribunal, entre outras, por meio das Decisões nº 6216/06, 6563/07, 603/08 e 8469/08, declarado a ilegalidade dos contratos firmados com o ICS, notadamente em função destes contratos, efetivamente, simularem contratos de gestão, com o objetivo primordial de burlarem as regras constitucionais do concurso público e da licitação.

8. Importante ressaltar, contudo, que tal declaração de ilegalidade não se dirigiu à prerrogativa que tem o GDF para celebrar contratos de gestão, esta inquestionável, mas sim ao objeto do ajuste, que haveria de ser compatível com aquela modalidade de contrato administrativo.

9. Essa declaração apriorística de ilegalidade contratual, a meu sentir, e em tese, deveria tornar prejudicadas as prestações de contas decorrentes desses 'ditos' contratos de gestão, na medida em que sob um contrato ilegal não se poderiam abrigar despesas legítimas, vale dizer, todas seriam ilegítimas porquanto amparadas por contrato ilegal. Em consequência, inaplicável a tais prestações de contas seria a Resolução nº 164/04, editada para normatizar a apresentação das prestações de contas de contratos de gestão.

10. Embora num primeiro momento o Tribunal tivesse acolhido esta tese (Decisão nº 4201/08), voltou atrás em razão de recurso manejado pelo douto MPC (Decisão nº 7416/08), segregando conceitualmente, ainda que de forma não expressa, de um lado, a questão legalidade contratual, e de outro, a legitimidade/economicidade das despesas, isto é, ainda que ilegais os contratos, nas prestações de contas avaliar-se-ia se as despesas sob eles abrigadas poderiam ser consideradas vantajosas e convergentes com o interesse público. Em outras palavras, diferiu-se para as prestações de contas a avaliação acerca de uma eventual lesividade causada por estes contratos ao erário distrital.

III

11. Ocorre, porém, que até o presente momento o ICS não se dignou a apresentar ao Tribunal nenhuma prestação de contas de contrato de gestão, incidindo assim, s.m.j., na hipótese legal de omissão do dever



de prestar contas (art. 9º, LC nº 1/94), ensejadora, a meu sentir, do procedimento de tomada de contas especial, pois, ainda que venha a ser uma nova espécie do gênero prestação de contas, diferença não há quanto ao objetivo pretendido, qual seja, aferir a legalidade, legitimidade e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

12. Nesta toada, diversas TCE foram instauradas no âmbito da CGDF para apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar os danos. Como já era esperado, nenhuma delas produziu resultado algum, limitando-se a CGDF, até os dias de hoje, a renovar incontáveis pedidos de prorrogação de prazo ao Tribunal, sem conseguir produzir nada de conclusivo em relação ao assunto.

13. Neste interregno, sobreveio a Decisão nº 4522/07 (Processo nº 7890/07), no bojo da qual ficou entendido ser despicienda a TCE nestes casos, já que o que se busca com esta espécie de prestação de contas é tão-somente a comprovação documental do destino dado aos recursos repassados ao ICS mediante os 'ditos' contratos de gestão, considerando que os fatos, os responsáveis e os valores repassados já são por demais conhecidos. Este entendimento a que faço alusão fora extraído do Voto da Relatora, cujo excerto trago à baila (grifei):

(...)

23. O presente feito, por sua vez, trata da regular Prestação de Contas de contrato de gestão firmado em 2005, encaminhada em obediência à Resolução TCDF nº 164/2004.

24. Eventuais prejuízos decorrentes de malversação de recursos devem ser examinados nestes autos, haja vista ser esse o objeto das contas em tela, não havendo necessidade de instauração de tomada de contas especial.

25. Ademais, tratando-se de processo de prestação de contas, onde se busca demonstrar a aplicação de recursos públicos repassados mediante contrato de gestão, não há falar em omissão ou em não comprovação, a justificar a instauração de TCE, nos termos do art. 9º da Lei Orgânica do TCDF.

26. Em sede de prestação de contas, cabe examinar o cumprimento das normas pertinentes – no caso, essencialmente a Resolução TCDF nº 164/04 – e verificar a efetiva e regular aplicação dos recursos. Esse, inclusive, o objetivo primordial destas de contas, nos termos da LOTCDF, especialmente porque o exame da legalidade dos contratos de



gestão já foi objeto de outros processos neste Tribunal.

(...)

14. A partir deste entendimento, descartou-se a idéia de sobrestamento das prestações de contas em razão das TCE em curso, já que os eventuais débitos serão apurados no âmbito das próprias prestações de contas dos respectivos contratos.

IV

15. Diante da irregularidade verificada nas contas, no caso a omissão do dever de prestá-las, foram então os responsáveis solidários citados para apresentar defesa. Porém, há que se distinguir neste grupo de responsáveis solidários duas categorias: i) os responsáveis diretos (administradores do ICS) – cujo fundamento da responsabilidade decorre diretamente da omissão do dever de prestar contas, previsto no parágrafo único, art. 70, da Constituição Federal; ii) e os responsáveis indiretos (administradores do órgão ou entidade supervisora signatária do contrato) – cujo fundamento da responsabilidade decorre da omissão/negligência no dever de fiscalização da execução do contrato, imposto pelo art. 9º da Lei nº 2.415/99.

16. O Tribunal, v.g., nas Decisões nº 6528/07, 312/07, 1395/07, 1435/07, 1436/07, 1297/08, 1065/09, entre outras, fez referência a essas duas categorias de responsáveis sem, contudo, definir a responsabilidade individual ou solidária de cada envolvido. Entretanto, na Decisão nº 836/2009 (item IV), resolveu “IV – determinar à Inspetoria que, ao examinar as defesas apresentadas, proceda à definição da responsabilidade individual ou solidária de cada envolvido, nos termos do art. 13, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94.”

17. Nesses termos, reputo ser este o momento apropriado para se definir a responsabilidade de cada envolvido, o que obviamente deverá repercutir nas imputações que serão feitas a cada qual. Embora todos sejam responsáveis solidários, os fundamentos das responsabilidades, conforme visto, são distintos. Nesta ordem de idéias, entendo que, por ocasião da condenação, o débito deva ser carregado à responsabilidade daqueles que chamei responsáveis diretos, pois sobre eles é que recai a obrigação de prestar contas, e foram eles que em última análise aplicaram os recursos, porém insistem em não prestar contas ao Tribunal. Devem, assim, nos termos do art. 17, III, ‘a’ c/c art. 20 da LC nº 1/94: i) no momento oportuno, ter suas contas julgadas irregulares



em razão da omissão do dever de prestar contas; ii) ser condenados, solidariamente, ao pagamento da dívida atualizada monetariamente, cujo valor corresponde ao total repassado, já que não houve prestação de contas; iii) ser multados, individualmente, na forma do art. 56 da mesma lei, proporcionalmente ao valor do débito; iv) e, por fim, considerando a gravidade das infrações cometidas e a relevância econômica dos valores envolvidos, entendo deva, desde logo, ser imposta aos responsáveis a sanção prevista no art. 60 da mesma lei, em sua máxima gradação.

18. Àqueles que chamei de responsáveis indiretos, por sua omissão e negligência no dever de fiscalização da execução do contrato, entendo que nestes autos devam ser multados, individualmente, na forma do art. 57, II, da LC nº 1/94 e/ou art. 182, I, do RI/TCDF, pelo valor máximo possível, além de ser-lhes imposta, desde logo, a sanção prevista no art. 60 da mesma lei, em sua gradação mínima, sem embargo do fato repercutir no juízo de regularidade das contas anuais próprias de cada gestor ou administrador.

19. Em obediência aos termos do item II da Decisão nº 50/98 (SEA nº 281, 15.12.1998), o julgamento das contas deverá ser levado a efeito no momento processual seguinte, de sorte a serem respeitadas as fases de cientificação e notificação, previstas na Lei Complementar nº 1/94, art. 13, §1º e 26, respectivamente.

V

20. Posto isso, no caso em apreço, deverão ser considerados responsáveis diretos: Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Adilson W. Raposo Júnior, Benjamin S. de J. Roriz, José Vital de Araújo Fagundes, Edimar Pireneus Cardoso, João Ignácio Perius, Lázaro Severo Rocha, Manoel Pereira de Lucena, Emílio Carlos Vitali e Dirlene Fiel dos Santos Souza; e responsáveis indiretos: Durval Barbosa Rodrigues, Carlos José de Oliveira Michiles, Ricardo Lima Espíndola, Paulo César de Araújo Gonçalves, Eloá Alves da Conceição Carneiro, Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel, Vagner Gonçalves Benck de Jesus, Cristiano Machado Roriz, João Medeiros de Sousa, José Mariano, Gleno Rossi, Gerson Fernando dos Santos Pinto, Mariana Trindade Altoé e Carlos Eduardo Bastos Nonô.

21. Por conseguinte, entendo que a partir do item 'III' as sugestões devam assumir a seguinte redação:

III – em consequência, nos termos §1º do art. 13 da LC nº 1/94, devem os responsáveis, abaixo listados, serem cientificados da



rejeição de suas alegações de defesa para, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias:

a) Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Adilson W. Raposo Júnior, Benjamin S. de J. Roriz, José Vital de Araújo Fagundes, Edimar Pireneus Cardoso, João Ignácio Perius, Lázaro Severo Rocha, Manoel Pereira de Lucena, Emílio Carlos Vitali e Dirlene Fiel dos Santos Souza: recolherem o débito solidário, monetariamente atualizado, no valor de R\$ 48.251.690,01;

b) Durval Barbosa Rodrigues, Carlos José de Oliveira Michiles, Ricardo Lima Espíndola, Paulo César de Araújo Gonçalves, Eloá Alves da Conceição Carneiro, Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel, Vagner Gonçalves Benck de Jesus, Cristiano Machado Roriz, João Medeiros de Sousa, José Mariano, Gleño Rossi, Gerson Fernando dos Santos Pinto, Mariana Trindade Altoé e Carlos Eduardo Bastos Nonô: recolherem o valor da multa, a ser fixada nos termos do art. 57, II, da LC nº 1/94 c/c art. 182, I, do RI/TCDF.

IV – nos termos do art. 60 da LC nº 1/94, aplicar aos responsáveis nominados no item ‘III,a’ a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança por um período de 8 (oito) anos; e aos responsáveis nominados no item ‘III,b’ a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança por um período de 5 (cinco) anos;

V – determinar à 1ª ICE que proceda à anotação nas contas anuais próprias dos responsáveis nominados no item ‘III,b’ dos fatos apurados nestes autos, de modo a que os mesmos repercutam sobre o juízo de regularidade daquelas contas;

VI – autorize o retorno dos autos à 1ª ICE para as providências de praxe.”

O ilustre Inspetor titular da Unidade Técnica, em seu despacho de fls. 441/442, assevera:

“2. Nesse sentido, a par de acompanhar o entendimento ofertado pelo digno Diretor da Divisão de Contas no bojo da Cota Aditiva de fls. 433-440, datada de 21.05.2009, em que estratifica as responsabilidades nos autos em 2 (dois) grandes blocos (no primeiro,



incluindo os Dirigentes e membros do Conselho de Administração do ICS com a responsabilidade de responder pelo ressarcimento dos valores repassados à conta do Contrato n.º 22/2004 e pela aplicação da penalidade alvitrada no artigo 60 da Lei Complementar n.º 01/1994; no segundo, colocando os Dirigentes e membros do Conselho de Administração da CODEPLAN com a atribuição de responder quanto à possibilidade de aplicação das penalidades enumeradas no artigo 57, inciso II, e 60, todos da Lei Complementar n.º 01/1994) tenho por oportuno ressaltar que o processo TCDF n.º 7.831/2007 permaneceu no Gabinete da Inspeção até a presente data no aguardo das deliberações da Corte em outros feitos afetos à matéria e, também, em razão do Senhor Benjamin S. de J. Róriz ter afirmado junto à douta Presidência do Tribunal que estaria envidando esforços com o intuito de reunir documentação comprobatória da aplicação dos recursos, o que, por certo, tenderia a contribuir, de forma positiva, para o desenlace da matéria posta em discussão nos autos.

3. Ressalto, por fim, que proposta de inabilitação dos Dirigentes e membros do Conselho de Administração do ICS consta do item IV, f. 439, e, ainda, das sugestões objeto dos processos n.º 7459/2007, 7467/2007, 7939/2007 e 18.894/2007. Já a inabilitação dos dirigentes e membros do Conselho de Administração da CODEPLAN é objeto do item IV, f. 439 e dos feitos de n.º 7459/2007, 7467/2007 e 7939/2007.” (grifei)

Os autos foram ao MPJTCDF, por força do Despacho Singular n.º 337/2009-GCMA, fl. 443, que produziu o Parecer n.º 1334/09-MF, da lavra da ilustre Procuradora-Geral Márcia Farias, fls. 444/448, cujo teor, no essencial, é:

“11. O Ministério Público, em harmonia com o órgão técnico, considera improcedentes as alegações de defesa apresentadas.

12. Entretanto, o Parquet, com as vênias de estilo, discorda do entendimento e proposições apresentadas pelo digno Diretor.

13. Nos termos do art. 13, I, da LC n.º 01/94, a definição da responsabilidade individual ou solidária se dá inicialmente no momento da citação ou da audiência (art. 13, II e III, da LC n.º 01/94), a qual se encontra devidamente caracterizada na Decisão n.º 1296/2008 e respectiva fundamentação. Após a análise das alegações de defesa, ratifica-se ou não a solidariedade inicialmente configurada. No caso, tendo em vista a improcedência das alegações de defesa,



permanece caracterizada a responsabilidade solidária.

14. Ressalta não haver nos autos qualquer controvérsia quanto à responsabilidade solidária dos envolvidos. O d. Diretor não afastou a existência dessa responsabilidade solidária; pelo contrário, reconheceu-a (§17 de fls. 437).

15. A solidariedade implica a responsabilidade de todos pelo total do débito.

16. Caracterizada a responsabilidade solidária, não cabe excluir este ou aquele responsável da obrigação de restituir o débito devido, mantendo-se a responsabilidade dos administradores da Codeplan. Esse é o entendimento da c. Corte, proferido na Decisão nº 8149/08 (Processo nº 30274/07 “Realização de Estudos Especiais acerca do instituto da solidariedade e sua aplicação nos processos de fiscalização deste Tribunal de Contas, especificamente no que se refere ao pagamento parcial da dívida e conseqüente possibilidade de quitação ao devedor, em atendimento à Decisão nº 4.169/2007”).

17. As irregularidades apontadas nos autos poderiam ter sido evitadas ou amenizadas caso as competências e responsabilidades dos administrados da Codeplan tivessem sido fielmente exercidas.

18. Destaca-se que nos processos indicados pelo d. Inspetor, não houve, até o momento, deliberações plenárias pela inabilitação dos responsáveis para exercer cargos comissionados ou funções de confiança no âmbito da Administração Pública do DF.

19. Tendo em vista que as contas anuais dos dirigentes da Codeplan, referentes ao exercício de 2004, foram julgadas (Decisão nº 2611/2008), torna-se desnecessária a anotação sugerida pelo d. Diretor.

20. Assim, nos termos do § 1º do art. 13 da LC nº 01/94, os responsáveis solidários deverão ser cientificados para, em novo e improrrogável prazo, recolherem o valor do débito, atualizado monetariamente, bem como da multa a ser aplicada, prevista no art. 57, II e III, da LC nº 01/94, devendo o e. Tribunal deliberar sobre a aplicação da sanção prevista no art. 60 da citada Lei Complementar.

21. Pelo exposto, o Ministério Público, dissentindo em parte do corpo técnico, sugere ao e. Plenário as seguintes proposições:

I- tomar conhecimento das citações e das alegações de defesa apresentadas em atendimento aos termos da Decisão nº 1296/2008;



II- considerar revéis os Srs. Ricardo Lima Espíndola e Paulo César de Araújo Gonçalves, e as Sras. Eloá Alves da Conceição Carneiro e Bárbara aparecida Nogueira Pimentel, nos termos do § 3º do art. 13 da LC nº 01/94, dando-se prosseguimento ao processo;

III- considerar improcedentes as alegações de defesa apresentadas pela Sras. Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Dirlene Fiel dos Santos Souza e Mariana Trindade Altoé, e pelos Srs. Adilson W. Raposo Junior, Benjamin S. de J. Roriz, José Vital de Araújo Fagundes, Edimar Pireneus Cardoso, João Ignácio Perius, Lázaro Severo Rocha, Manoel Pereira de Lucena, Emílio Carlos Vitali, Durval Barbosa Rodrigues, Carlos Eduardo Bastos Nonô, Carlos José de Oliveira Michiles, Vagner Gonçalves Benck de Jesus, Cristiano Machado Roriz, João Medeiros de Sousa, José Mariano, Gleno Rossi e Gerson Fernando dos Santos Pinto;

IV- em consequência, nos termos do § 1º do art. 13 da LC nº 01/94, devem os responsáveis solidários indicados no item III anterior serem cientificados da rejeição de suas alegações de defesa para, no prazo improrrogável de 30 dias, recolherem a importância devida, que, monetariamente atualizada, equivale a R\$ 48.251.690,01 – (SINDEC – 2009), acrescido das multas individuais a que se refere o item V, ofertando-se também aos responsáveis indicados no item II retro, também solidários quanto ao débito retrocitado, o mesmo prazo improrrogável para o recolhimento das importâncias devidas;

V- aplicar individualmente aos responsáveis nominados nos itens II e III as multas previstas no art. 57, II e III, da LC nº 01/94, e deliberar sobre a aplicação da sanção estipulada no art. 60 da LC nº 01/94; e

VI- autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE para as devidas providências.”

É o relatório.



VOTO

O presente processo trata da prestação de contas do Contrato de Gestão n.º 22/2004, tendo como escopo a análise da aplicação dos recursos, nos termos delineados na Decisão n.º 1.296/2008, fl. 44.

Quanto ao mérito, observo que os Órgãos Técnico e Ministerial convergem quanto à improcedência das alegações de defesa apresentadas. Contudo, discrepam quanto à definição da responsabilidade. É que o Diretor da Divisão de Contas da 1.ª ICE segrega os responsáveis em dois grupos: os diretos e os indiretos.

No ponto, como realçou o *Parquet* especial, muito embora o i. Diretor da Divisão desenvolva interessante estudo acerca da responsabilização, não deixou aquele dirigente de reconhecer, no § 17 de sua cota aditiva: “*Embora todos sejam responsáveis solidários*”.

Ademais, como recorda a douta representante do Ministério Público especial, a questão da responsabilização em face da solidariedade encontra-se pacificada nesta Casa por meio da Decisão n.º 8.149/2008, prolatada no Processo n.º 30274/2007.

Convencem-me as ponderações do MPjTCDF. Nesse passo, deixo de acolher as proposições trazidas em acréscimo pelo i. Diretor de Divisão.

Por fim, importante ressaltar o alerta feito pelo titular da Inspeção, dando conta de que sugestões ora apresentadas pela Instrução já constam de outros feitos. Sendo assim, com o objetivo de evitar possível *bis in idem*, deixo de trazer para o presente voto as matérias.



Diante do exposto, acolhendo, em parte, as proposições da Inspetoria e do MPJTCDF, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento das citações e das alegações de defesa apresentadas em atendimento aos termos da Decisão n.º 1296/2008;

II- considere revéis os senhores Ricardo Lima Espíndola e Paulo César de Araújo Gonçalves, e as senhoras Eloá Alves da Conceição Carneiro e Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel, nos termos do § 3.º do art. 13 da LC n.º 01/1994, dando-se prosseguimento ao processo;

III – considere improcedentes as alegações de defesa apresentadas pela senhoras Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Dirlene Fiel dos Santos Souza e Mariana Trindade Altoé, e pelos senhores Adilson W. Raposo Junior, Benjamin S. de J. Roriz, José Vital de Araújo Fagundes, Edimar Pireneus Cardoso, João Ignácio Perius, Lázaro Severo Rocha, Manoel Pereira de Lucena, Emílio Carlos Vitali, Durval Barbosa Rodrigues, Carlos Eduardo Bastos Nonô, Carlos José de Oliveira Michiles, Vagner Gonçalves Benck de Jesus, Cristiano Machado Roriz, João Medeiros de Sousa, José Mariano, Gleno Rossi e Gerson Fernando dos Santos Pinto;

IV – em consequência, nos termos do § 1.º do art. 13 da LC n.º 01/1994, cientifique os responsáveis solidários indicados no item III, anterior, da rejeição de suas alegações de defesa para, no prazo de 30 dias, recolherem a importância devida, que, monetariamente atualizada, equivale a R\$ 48.251.690,01 – (SINDEC – 2009), acrescido das multas individuais a que se refere o item V, seguinte, ofertando-se, igualmente, aos responsáveis indicados no item II, acima, também solidários quanto ao débito retrocitado, idêntico prazo para o recolhimento das importâncias devidas e da multa;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 7831/2007

Rubrica: _____

V – aplique, individualmente, aos responsáveis nominados nos itens II e III as multas previstas no art. 57, II e III, da LC n.º 01/1994, nos termos do acórdão apresentado pelo relator;

VI – autorize o retorno dos autos à 1ª ICE para as devidas providências.

Brasília, em de dezembro de 2009.

MANOEL DE ANDRADE
Relator

DIGITIZADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 7831/2007

Rubrica: _____

ACÓRDÃO Nº/2009

Ementa: Prestação de Contas Anual. Contas julgadas irregulares. Aplicação de multa aos responsáveis.

RESPONSÁVEIS: Ricardo Lima Espíndola; Paulo César de Araújo Gonçalves; Eloá Alves da Conceição Carneiro; Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel; Eunice Ferreira dos Santos Miotto; Dirlene Fiel dos Santos Souza; Mariana Trindade Altoé; Adilson W. Raposo Junior; Benjamin S. de J. Roriz; José Vital de Araújo Fagundes; Edimar Pireneus Cardoso; João Ignácio Perius; Lázaro Severo Rocha; Manoel Pereira de Lucena; Emílio Carlos Vitali; Durval Barbosa Rodrigues; Carlos Eduardo Bastos Nonô; Carlos José de Oliveira Michiles; Vagner Gonçalves Benck de Jesus; Cristiano Machado Roriz; João Medeiros de Sousa; José Mariano; Gleno Rossi e Gerson Fernando dos Santos Pinto.

Valor da multa individual aplicada aos responsáveis: R\$12.536,00 (doze mil, quinhentos e trinta e seis reais)

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 57, II e III, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em aplicar aos responsáveis retromencionados as multas indicadas.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº de

Presentes os Conselheiros:

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s)

Representante do MP presente: Procurador(a)

Presidente

Relator(a)

Fui presente:

Representante do MP